

OFÍCIO N° 557/2020/AESINT/GM

Brasília, 30 de março de 2020.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada **Soraya Santos**
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados

Assunto: Requerimento de Informação nº 126/2020, de autoria do Deputado Alberto Neto

Senhora Primeira-Secretária,

Reporto-me ao Ofício 1^a.Sec/RI/E/nº1042/20, de 04 de março de 2020, o qual encaminha cópia do Requerimento de Informação nº 126/2020, de autoria do Deputado Alberto Neto, que requer informações sobre ações de desenvolvimento de transporte para o estado do Amazonas.

Na sequência, são apresentadas as respostas específicas aos questionamentos formulados:

1.Como o Ministério de Infraestrutura está planejando, em coordenação com demais órgãos, a implementação de recursos em transporte para viabilizar empreendimentos no estado do Amazonas?

Considerando a situação fiscal do país, com recursos públicos limitados pelo teto de gastos, o Ministério da Infraestrutura tem atuado no sentido de ampliar as parcerias privadas e otimizar a gestão do investimento público, priorizando ações de manutenção da infraestrutura, da conclusão de obras já iniciadas, bem como a formatação de uma carteira de projetos para execução futura.

A partir dessas definições gerais e tendo como base o Plano Nacional de Logística, foi estabelecido um rol de ações estruturantes que abrangem todos os Estados. No momento seguinte, o Ministério desenvolveu um diálogo produtivo com as bancadas federais no sentido de viabilizar os recursos necessários para a implementação, considerando as prioridades estabelecidas.

2. Quais são os projetos de infraestrutura para o estado do Amazonas que estão em curso e quais os seus respectivos prazos de conclusão? 3) Quais são os demais projetos em estudo no Ministério de Infraestrutura para o estado de Amazonas?

Primeiramente, destaca-se que o Estado do Amazonas tem grande potencial de desenvolvimento econômico, no entanto tem no déficit de infraestrutura um de seus principais desafios. Diante disso, o Ministério da Infraestrutura prevê uma série de ações estruturantes no Estado, conforme encaminhado pelo Despacho nº 1353/2020/SE, datado de 12 de março de 2020 bem mais detalhado.

No tocante ao modal rodoviário, destaca-se que os investimentos em curso no Estado do Amazonas abrangem preponderantemente ações de manutenção rodoviária. Vale salientar que, nos últimos anos, as ações de construção rodoviária, notadamente a pavimentação de segmentos da BR-319 e BR-230, não se viabilizaram em função da dificuldade de obtenção do licenciamento ambiental.

Com relação à manutenção rodoviária no Estado, destaca-se que a malha federal administrada pelo DNIT no Amazonas abrange 2.369 km, dos quais 91% estão cobertos por contratos de manutenção. São 29 contratos, com valor total de R\$ 1,1 bilhão. Vale salientar que toda a malha federal pavimentada (735 km), incluindo os segmentos da BR-319, BR-230, BR-307 e BR-174, está integralmente atendida por contrato de manutenção. Para o ano de 2020, o Orçamento Federal prevê R\$ 190 milhões (incluindo Restos a Pagar) para a manutenção rodoviária.

Com relação à pavimentação de rodovias, o Ministério da Infraestrutura estabeleceu como uma de suas prioridades envidar esforços no sentido de superar a questão ambiental para que as obras de repavimentação na BR-319 no trecho não asfaltado (conhecido como Trecho do Meio) possam ser iniciadas. Vale salientar que na década de 80, a rodovia era pavimentada. Atualmente, há cerca de 400 km não asfaltados (entre Tupanã/AM e Humaitá/AM).

Para equacionar essa questão, o Ministério da Infraestrutura tem buscado dialogar com os órgãos ambientais, Governo do Estado e com as Bancadas para construir uma solução efetiva, embasada em critérios técnicos, acerca do processo de licenciamento. Nesse contexto, em meados de 2019, o empreendimento de pavimentação da BR-319/AM foi qualificado no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI como estratégico para apoio ao licenciamento ambiental, elevando a questão para uma perspectiva de prioridade nacional.

Em paralelo, o DNIT prevê iniciar a licitação do segmento de 52 km, localizado entre o km 198 ao km 250 da rodovia, conhecido como Lote C, no 1º semestre/2020, o que possibilitará o início das obras ainda em 2020. Vale salientar que há R\$ 22 milhões no orçamento 2020. Para os demais segmentos não pavimentados (Trecho do Meio), o DNIT está contratando os projetos básicos e executivos, efetivando a contratação até abril/2020. Há R\$ 10 milhões na PLOA 2020. Importante destacar que, enquanto as obras não iniciam, o DNIT reforçou as ações de manutenção e os recursos alocados para assegurar a melhoria da trafegabilidade na região.

Com relação à BR-230, o DNIT também informa que já dispõe de projeto básico para a pavimentação de segmento de 173 km entre Humaitá e Lábrea.

Em se tratando do modal aquaviário, o Ministério da Infraestrutura tem plena consciência da relevância das hidrovias e terminais hidroviários para a região, pois constituem elemento essencial para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades ribeirinhas e municípios do interior amazonense, possibilitando o fluxo de produtos, o comércio e o acesso até mesmo a serviços básicos.

De acordo com o DNIT, atualmente há 40 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4) construídas, das quais 36 estão em operação. Relevante mencionar que desde o ano de 2019 a Autarquia implementou vigoroso Programa para a reabertura de 14 instalações portuárias no Estado, o que possibilitou a retomadas das atividades nas IP4 de Autazes, Borba, Canutama, Codajás, Guajará, Humaitá, Iranduba, Itacoatiara, Novo Itamarati, Novo Aripuanã, Santa Isabel do Rio Negro, Tabatinga, Urucurutiba e Coari. Para 2020, a Autarquia tem por meta assegurar a operação de todas as IP4, incluindo Beruri, Eirunepé, Manicoré e São Paulo de Olivença. Vale salientar que o DNIT dispõe de R\$ 56 milhões no Orçamento 2020.

Também sabemos que é necessário ampliar a rede de IP4's, de modo que está previsto a retomada e conclusão de 8 terminais portuários até 2022 (Maués, Parintins/Vila Amazônia, Silves, Alvarães, Anori, Envira, Fonte Boa e Barcelos). Tais investimentos demandam recursos da ordem de R\$ 120 milhões, a serem equacionados.

Outra ação relevante é a Dragagem do Rio Madeira, fundamental para o escoamento da produção de grãos do Centro Oeste pelo Porto de Itacoatiara. As obras estão contratadas por um período de 5 anos (iniciada em 2017), com valor de R\$ 70 milhões. Normalmente, os trabalhos iniciam no 2º Semestre (período de seca).

Outro foco da atuação aquaviária na região amazônica tem sido no fortalecimento de parcerias institucionais, como destaque para o Termo de Execução Descentralizada - TED firmado com a Marinha do Brasil, que tem como escopo o levantamento hidrográfico, cartografia e sinalização da hidrovia do rio Madeira, no trecho compreendido entre Porto Velho e sua foz no rio Amazonas.

No mesmo sentido, o DNIT também firmou acordo de cooperação internacional com o Corpo de Engenheiros do Exército Americano - USACE, com objetivo de receber assessoria técnica em estudos e projetos de Engenharia Fluvial e Navegação, dentre os quais destacamos o estudo em andamento que propõe a melhoria da navegação da Hidrovia do rio Madeira, com a previsão de construção de guias-correntes, estruturas civis dispostas nas margens dos rios que visam diminuir o volume anual de dragagem.

Também relevante destacar que está em curso a elaboração de uma série de medidas de estímulo à navegação de cabotagem, consubstanciadas no programa denominado "BR do Mar". Considerando que as rotas marítimas de cabotagem que servem aos estados do norte do país representam um dos principais modos de integração com os demais Estados da Federação, identifica-se que as

iniciativas visando o fomento ao transporte marítimo de cabotagem contribuirão para o desenvolvimento da infraestrutura de transportes no estado do Amazonas.

Em se tratando de aviação, é sabido que o Estado tem dimensões continentais e não pode prescindir de uma rede de aeroportos abrangente, integrada e hierarquizada, pois a integração aérea é fundamental para o desenvolvimento regional e fomento das atividades econômicas.

Ressalta-se que atualmente, está em curso audiência pública para a Concessão de 22 aeroportos no país, divididos em 3 blocos (Bloco Sul, Bloco Norte e Bloco Central). O Bloco Norte conta com 3 aeroportos localizados no Estado do Amazonas (Aeroporto Internacional de Manaus, Aeroporto de Tabatinga e Aeroporto de Tefé), juntamente com os Aeroportos de Porto Velho/RO, Boa Vista/RR, Rio Branco/AC e Cruzeiro do Sul/AC.

Em uma estimativa preliminar, estima-se que os 3 aeroportos amazonenses supracitados necessitem de intervenções da ordem de R\$ 400 milhões ao longo da concessão. Pelo cronograma estabelecido, o leilão está previsto para dezembro de 2020.

Já no âmbito do Programa de Aviação Regional, o Ministério da Infraestrutura desenvolve Termo de Execução Descentralizada nº 02/2017, celebrado com o Comando da Aeronáutica, no valor de R\$ 57 milhões, que estabelece diversos investimentos em projetos e obras nos Aeroportos de Coari, Lábrea, Moura (Barcelos), Iauaretê, Estirão do Equador, Carauari, Parintins, Eirunepé, Humaitá, Boca do Acre, São Gabriel da Cachoeira, Itacoatiara e Manicoré até 2022. Várias ações já estão em curso, conforme detalhado na Nota Informativa nº 19/2020/DINV/SAC e pelo cronograma, a expectativa é de concluir as obras em Estirão do Equador já em meados de 2020.

Por oportuno, informo que anexo a este Ofício constam as respostas pormenorizadas fornecidas pelas Secretarias finalísticas do Ministério. Finalizando, reafirma-se que a equipe técnica desta Pasta permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,


TARCISIO GOMES DE FREITAS
Ministro de Estado da Infraestrutura



MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO Nº 1353/2020/SE

Brasília, 12 de março de 2020.

Processo nº 50000.009979/2020-10

Interessado: DEPUTADO FEDERAL CAPITAO ALBERTO NETO

Ass: Requerimento de Informação nº 126/2020, de autoria do Deputado Capitão Alberto Neto.

À Secretaria Executiva Adjunta:

Senhor Secretário-Executivo Adjunto,

Faço referência ao Requerimento em epígrafe, encaminhado a esta Secretaria por meio do Ofício nº 245/2020/AESINT/GM (SEI nº 2284043), para análise e manifestação.

Em síntese, o documento solicita a esta pasta as seguintes informações: "(i) *Como o Ministério de Infraestrutura está planejando, em coordenação com demais órgãos, a implementação de recursos em transporte para viabilizar empreendimentos no estado do Amazonas?*; (ii) *Quais são os projetos de infraestrutura para o estado do Amazonas que estão em curso e quais os seus respectivos prazos de conclusão?* (iii) *Quais são os demais projetos em estudo no Ministério de Infraestrutura para o estado de Amazonas?*".

Sobre o assunto, destaco que as áreas setoriais desta Pasta foram instadas a se manifestarem quanto aos questionamentos suscitados pelo Sr. Deputado Capitão Alberto Neto, através do Ofício-Circular nº 258/2020/SE (SEI nº 2286681), resultando na sistematização que segue:

1. TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E PORTOS

Em relação ao Setor Aquaviário, destaco que as informações prestadas constam às Notas Informativas nº 3/2020/CGNV/DNHI-SNPTA/SNPTA (SEI nº 2293113) e nº 7/2020/CGHV/DNHI-SNPTA/SNPTA (SEI nº 2293211).

A Nota Informativa nº 3 discorre sobre as medidas de estímulo à navegação de cabotagem, constituídas no programa denominado "BR do MAR", na qual se vislumbram medidas de fomento que contribuirão diretamente para o desenvolvimento dos serviços de transporte marítimo de cabotagem na costa brasileira, em especial para o estado do Amazonas.

Já a Nota Informativa nº 7 refere-se especificamente à construção de Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte - IP4, desenvolvidas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, ação com previsão Orçamentária para o ano de 2020 no montante de R\$ 40.224.004,00. A ação se refere, no estado do Amazonas (conforme consulta ao Sistema Gerencial Integra do DNIT em 21.02.2020 - <http://www.dnit.gov.br/sistemas-gerenciais/integra>), à construção dos IP4 de Itacoatiara, Barcelos, Maués, Jutaí, Santo Antônio do Içá, Apuí, São Gabriel da Cachoeira, Parintins (Vila Amazônia), Anori, Alvarães, Envira, Silves e Tefé; à recuperação dos IP4 de Fonte Boa, Manicoré, Humaitá/AM, Nhamundá, Benjamin Constant e Barreirinha; e ao projeto de IP4 em São Paulo de Olivença.

Há, ainda, ação voltada à conservação e recuperação de ativos de infraestrutura da União na região hidrográfica amazônica, para a qual o orçamento de 2020 remonta ao valor de R\$ 41.623.320,00, destacando-se a execução de serviços de dragagem, sinalização e balizamento na hidrovia do Rio Madeira, bem como a elaboração de projetos básico e executivo de engenharia para a execução do desassoreamento do local denominado Pucu, no rio Andirá/Paraná do Ramos, no município de Barreirinha/AM (Integra/DNIT).

A tabela a seguir ilustra o resumo dos empreendimentos mencionados, contendo os respectivos valores, a situação atual e a previsão de conclusão:

Nome do empreendimento	Situação	Data de Conclusão Prevista	Valor total do Empreendimento (R\$)
Construção IP4 Barcelos/AM	A licitar	30/03/2022	12.259.505,40 (valor atualizado pela Secretaria Executiva)
Construção IP4 Anori/AM	Em andamento	30/04/2021	14.909.901,83 (valor atualizado pela Secretaria Executiva)
Construção IP4 Maués/AM	Em andamento	30/03/2020	8.673.010,98 (valor atualizado pela Secretaria Executiva)
Construção IP4 Alvarães/AM	Em andamento	28/02/2021	22.724.014,38 (valor atualizado pela Secretaria Executiva)
Construção IP4 Envira/AM	Em andamento	30/07/2021	27.857.824,13 (valor atualizado pela Secretaria Executiva)
Construção IP4 Silves/AM	Em andamento	30/04/2020	21.095.573,57 (valor atualizado pela Secretaria Executiva)
Dragagem do Madeira	Em andamento	27/11/2021	84.787.296,03 (valor atualizado pela Secretaria Executiva)
Levantamento Hidrográfico e sinalização do Rio Madeira	Em andamento	08/07/2020	40.820.000,00 (valor atualizado pela Secretaria Executiva)
Projeto Dragagem Euro do Pucu/AM	Em andamento	23/04/2020	638.361,18 (valor atualizado pela Secretaria Executiva)
Construção IP4 Parintins (Vila Amazônia)/AM	Em andamento	30/03/2020	17.719.810,06 (valor atualizado pela Secretaria Executiva)
Recuperação IP4 Fonte Boa/AM	Em andamento	24/05/2021	3.360.410,00

			(valor atualizado pela Secretaria Executiva)
Projeto IP4 Belém de Solimões/AM	Em andamento	Sem previsão	527.163,53 (acrescentado pela Secretaria Executiva)
Projeto IP4 São Raimundo/AM	Em andamento	Sem previsão	1.896.319,40 (acrescentado pela Secretaria Executiva)
Projeto IP4 São Paulo de Olivença/AM	Em andamento	Sem previsão	675.698,00 (acrescentado pela Secretaria Executiva)

2. TRANSPORTES TERRESTRES

Conforme disposto na Nota Informativa nº 1/2020/CGPPES/DPLAN/SNTT (SEI nº 2294265), em termos de empreendimentos atualmente conduzidos por esta Pasta, destacam-se os seguintes:

- a BR-317/AM - Construção e Pavimentação Boca do Acre - Div AM/AC - Terras Indígenas, cujos Estudos e Projetos estão contratados; e
- a BR-319/AM - Construção de Manaus a Divisa AM/RO, em que o Subtrecho km 209 – km 656 encontra-se em obras, com previsão de conclusão em dezembro/2021.

Em relação às ações de médio e longo prazo para a Região, encontra-se em desenvolvimento pela Empresa de Planejamento e Logística - EPL a elaboração de novas análises e simulações para a definição da carteira de projetos viários prioritários para o ano horizonte de 2035, na qual há previsão para contemplar o segmento entre o fim da Travessia Rio Amazonas – Div. AM/RO da rodovia BR-319/AM, totalizando 807,1 km.

Quanto a iniciativas de curto e médio prazo, destaca-se o Projeto Corredores Logísticos Estratégicos – CLE, que tem como objetivo fornecer subsídios para aprimorar a infraestrutura, a operação e os serviços de transporte e de logística no país, com a utilização do conceito de Corredor Logístico como instrumento de planejamento. dentre as etapas do Projeto já concluídas, foram identificadas as Hidrovias dos rios Tapajós, Madeira e Amazonas, bem como a BR-174/AM como vias prioritárias para o escoamento dos produtos analisados pelo Projeto.

É importante destacar, ainda, o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, instituído pela Lei nº 13.334, de 2016, que tem como uma de suas metas garantir a expansão com qualidade da infraestrutura pública, com tarifas adequadas aos usuários. Os empreendimentos qualificados no PPI são tratados como prioridade nacional. Encontram-se elencadas no referido programa ações de Apoio ao licenciamento ambiental da rodovia BR-319/AM/RO (pavimentação do segmento central – KM 250 ao KM 655,70), cujos Estudos Ambientais para a fase de Licença Prévia estão em andamento.

A lista completa de empreendimentos do PPI pode ser acessada por meio do link: <https://www.ppi.gov.br/projetos1#/s/Em%20andamento/u//e//m//r/>.

3. AVIAÇÃO CIVIL

De acordo com a Nota Informativa nº 8/2020/DPG/SAC (SEI nº 2295125), o Plano Aerooviário Nacional - PAN é o instrumento responsável pela classificação de cada aeródromo público, de acordo com a sua posição na rede e em razão da sua contribuição para o alcance dos objetivos do setor aeroportuário. Nesse sentido, os seguintes aeroportos no estado do Amazonas integram a lista prioritária para recebimento de investimentos, com respectivo código da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO) para os aeródromos:

Código ICAO	Município - UF

SBEG	MANAUS - AM
SWPI	PARINTINS - AM
SWNO	NOVA OLINDA DO NORTE - AM
SWMW	MAUÉS - AM
SWLB	LÁBREA - AM
SWKO	COARI - AM
SWEI	EIRUNEPÉ - AM
SWCA	CARAUARI - AM
SWBC	BARCELOS - AM
SBUA	SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM
SBTT	TABATINGA - AM
SBTF	TEFÉ - AM
SBMY	MANICORÉ - AM
SWII	SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ - AM

A versão vigente do PAN, com seus anexos, metodologias, classificações e indicadores, pode ser consultada em <http://www.infraestrutura.gov.br/pan.html>. Destaque-se que, conforme estabelecido na Portaria MTPA nº 537, será publicada neste ano uma versão atualizada do Plano Aerooviário Nacional, que poderá incluir atualizações em relação às informações aqui apresentadas.

Por outro lado, a Nota Informativa nº 19/2020/DINV/SAC (SEI nº 2293360) esclarece que, no âmbito dos Programas sob gestão da pasta, os aeroportos do Estado do Amazonas receberam os seguintes investimentos, conforme detalhamento a seguir:

- Programa de Investimentos na Aviação Regional - PINAR - os aeroportos foram contemplados com investimentos em projetos e infraestrutura aeroportuária, dessa forma, para a realização da execução dos investimentos, foi celebrado o Termo de Execução Descentralizada 02/2017, entre este Ministério, por intermédio desta Secretaria e o Comando da Aeronáutica, cuja execução é realizada por intermédio da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica – COMARA.
- Programa AVSEC, que tem como objetivo primário dotar e/ou modernizar os aeroportos regionais com equipamentos de segurança contra atos de interferência ilícita, em atendimento aos normativos de regulação da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, os Aeroportos foram contemplado com a entrega e instalação de um equipamento do tipo Pórtico Detector de Metais – PDM e equipamento de Raio-X.
- Programa de Investimentos Auxílios à Navegação Aérea (PIANA), os Aeroportos do Estado do Amazonas foram inseridos no âmbito do Termo de Execução Descentralizada nº 03/2017, celebrado entre este Ministério, através desta Secretaria e o Comando da Aeronáutica, por intermédio da Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo – CISCEA, sendo contemplados com a instalação de uma Estação Meteorológica de Superfície – Automática.

De forma a detalhar o disposto nos Programas acima mencionados, e consequentemente aos questionamentos apresentados, a lista abaixo demonstra todos os investimentos e intervenções realizados nos aeroportos do Estado do Amazonas:

Aeroportos do Estado do Amazonas

Localidade/Aeroporto	Objeto	Valor	Status	Responsável
Barcelos	Obra de Recapeamento e finalização da lateral restante com a sua ampliação em tratamento superficial duplo (TSD) na pista de pouso do aeródromo de Moura/AM.	R\$ 7.500.000,00	concluído em out/2019	TED SAC + COMARA
	Projeto de obra: Confecção de projetos de cerca operacional e de auxílios visuais (balizamento luminoso, biruta, farol normativo e PAPI)	R\$ 150.000,00	Previsão de entrega para março/2021	TED SAC + COMARA
	Instalação de equipamento Pórtico Detector de Metais	R\$ 23.100,00	Entregue agosto/2019	Contrato
	Instalação de equipamento tipo Raio-X	R\$ 50.000,00	Entregue agosto/2019	Contrato
Iauaretê	Ampliação do Aeródromo de Iauaretê-AM	R\$ 31.005.739,45	Em execução	TED SAC + COMARA
Estirão do Equador	Ampliação do Aeródromo de Estirão do Equador-AM	R\$ 34.598.833,89	Em execução	TED SAC + COMARA
Coari	Projeto de obra para recuperação de pavimentos, e construção de Terminal de Passageiros - TPS e Seção Contra Incêndio - SECINC	R\$ 750.000,00	Entregue em maio/2019	TED SAC + COMARA
	Obras para Recuperação de Pavimento e Construção de Terminal de Passageiros - TPS e Seção Contra Incêndio - SCI	R\$ 60.978.942,12	Em execução	TED SAC + COMARA
	Estação Meteorológica de Superfície - EMS-A	R\$ 2.000.000,00	Entregue em agosto/2018	TED SAC + CISCEA
	Instalação de equipamento Pórtico Detector de Metais	R\$ 23.100,00	Entregue agosto/2019	Contrato
Lábrea	Instalação de equipamento tipo Raio-X	R\$ 50.000,00	Entregue agosto/2019	Contrato
	Projeto de obra para recuperação de pavimentos, e construção de Terminal de Passageiros - TPS e Seção Contra Incêndio - SECINC	R\$ 750.000,00	Em execução	TED SAC + COMARA
	Obras de Recuperação de Pavimento e Construção de Terminal de Passageiros - TPS e Seção Contra Incêndio - SCI	R\$ 8.433.823,50	Em planejamento	TED SAC + COMARA
	Instalação de equipamento Pórtico Detector de Metais	R\$ 23.100,00	Entregue setembro/2019	Contrato

	Instalação de equipamento tipo Raio-X	R\$ 50.000,00	Entregue setembro/2019	Contrato
Boca do Acre	Projeto de obra	R\$ 750.000,00	Previsão de entrega para outubro/2021	TED SAC + COMARA
Carauari	Projeto de obra	R\$ 350.000,00	Previsão de entrega para junho/2020	TED SAC + COMARA
	Instalação de equipamento Pórtico Detector de Metais	R\$ 23.100,00	Previsão de entrega para abril/2020	Contrato
	Instalação de equipamento tipo Raio-X	R\$ 50.000,00	Previsão de entrega para abril/2020	Contrato
Parintins	Confecção de projetos de cerca operacional e de auxílios visuais (balizamento luminoso, biruta, farol normativo e PAPI)	R\$ 350.000,00	Previsão de entrega para janeiro/2022	TED SAC + COMARA
	Estação Meteorológica de Superfície - EMS-A	R\$ 2.000.000,00	Entregue em agosto/2018	TED SAC + CISCEA
	Instalação de equipamento Pórtico Detector de Metais	R\$ 23.100,00	Entregue agosto/2019	Contrato
Eirunepé	Confecção de projetos de cerca operacional e de auxílios visuais (balizamento luminoso, biruta, farol normativo e PAPI)	R\$ 150.000,00	Previsão de entrega para setembro/2020	TED SAC + COMARA
	Estação Meteorológica de Superfície - EMS-A	R\$ 2.000.000,00	Entregue em dezembro/2019	TED SAC + CISCEA
	Instalação de equipamento Pórtico Detector de Metais	R\$ 23.100,00	Entregue outubro/2019	Contrato
	Instalação de equipamento tipo Raio-X	R\$ 50.000,00	Entregue outubro/2019	Contrato
Humaitá	Confecção de projetos de cerca operacional e de auxílios visuais (balizamento luminoso, biruta, farol normativo e PAPI)	R\$ 150.000,00	Previsão de entrega para junho/2021	TED SAC + COMARA
	Estação Meteorológica de Superfície - EMS-A	R\$ 2.000.000,00	Entregue em agosto/2018	TED SAC + CISCEA
Manicoré	Confecção de projetos de cerca operacional e de auxílios visuais (balizamento luminoso, biruta, farol normativo e PAPI)	R\$ 150.000,00	Previsão de entrega para junho/2021	TED SAC + COMARA
	Estação Meteorológica de Superfície - EMS-A	R\$ 2.000.000,00	Entregue em agosto/2018	TED SAC + CISCEA

São Gabriel da Cachoeira	Instalação de equipamento Pórtico Detector de Metais	R\$ 23.100,00	Entregue outubro/2019	Contrato
	Instalação de equipamento tipo Raio-X	R\$ 50.000,00	Entregue outubro/2019	Contrato
Itacoatiara	Estação Meteorológica de Superfície - EMS-A	R\$ 2.000.000,00	Entregue em agosto/2018	TED SAC + CISCEA

4. FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS

A Nota Informativa nº 1/2020/CGINF/DPI/SFPP classifica os empreendimentos da Região Amazônica como integrantes do Programa de Concessão, ou da Carteira de Obras Públicas do Governo Federal, considerando as informações constantes no sistema INTEGRA/DNIT, para rodovias, hidrovias e IP4; as informações referentes aos aeroportos encaminhados pelo Gabinete do Ministro; as ações com apoio ao licenciamento ambiental também repassadas pelo Gabinete; e a apresentação consolidada pelo DEAP/SFPP, relativa a carteira de projetos de parcerias.

Os Mapas consolidados no documento SEI nº 2296997 ilustram a Carteira de Parcerias do Programa de concessão, bem como as Obras Públicas em Rodovias, Ferrovias, Aeroportos, Hidrovias e IP4.

Em relação ao Programa de Concessões do MINFRA, foram destacados os ativos que serão repassados à iniciativa privada e os empreendimentos que contam com apoio para o licenciamento ambiental. Dessa forma, foram identificados nos nove estados da Região Amazônica: as rodovias, as ferrovias, os terminais portuários, os aeroportos da 6ª e 7ª rodada, além das ações que constam com apoio ao licenciamento ambiental.

Para a carteira de Obras Públicas foram mapeados os empreendimentos que se encontram "em andamento" ou "a iniciar" também nos nove estados que integram a Região Amazônica. Ressalte-se que foram considerados "em andamento" os empreendimentos que estão em obras e "a iniciar" os empreendimentos que se encontram em etapa preparatória, ou seja, na fase de estudos de viabilidade, licitação ou projeto. Portanto, não foram considerados os empreendimentos que se encontram atualmente no estágio de rescindidos.

Dentre os empreendimentos públicos mapeados, cabe destacar as ações listadas a seguir, que foram anunciadas pelo Ministro, em 13/12/2019, como obras prioritárias para 2020 no estado do Amazonas:

- Construção IP4 Maués/AM
- Construção IP4 Parintins (Vila Amazônica)/AM
- Construção IP4 Silves/AM
- Construção do Aeroporto de Estirão do Equador/AM

5. CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTO

Tendo em vista a sistematização apresentada, encaminho para ciência e de acordo sobre as informações prestadas, sugerindo encaminhamento dos autos à Assessoria Especial de Assuntos Institucionais e Internacionais, para consolidação e prosseguimento do atendimento da demanda em tela.

Respeitosamente,

Fernanda L E Barbosa
Assessora | Secretaria Executiva

De acordo, encaminhe-se à Assessoria Especial de Assuntos Institucionais e Internacionais para providências.

RODRIGO OTAVIO MOREIRA DA CRUZ

Secretário-Executivo Adjunto



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Ludmila Elias Barbosa, Assessor(a)**, em 16/03/2020, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Otavio Moreira da Cruz, Secretário-Executivo Adjunto**, em 16/03/2020, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2326501** e o código CRC **0943F810**.



Referência: Processo nº 50000.009979/2020-10



SEI nº 2326501

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 5º andar, sala 501 - Bairro Asa Norte
Brasília/DF, CEP 70044-902

Telefone: (61) 2029-7045 - www.infraestrutura.gov.br



MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
DEPARTAMENTO DE NAVEGAÇÃO E HIDROVIAS
COORDENAÇÃO - GERAL DE NAVEGAÇÃO

Nota Informativa nº 3/2020/CGNV/DNHI-SNPTA/SNPTA

Brasília, 26 de fevereiro de 2020

Referência: Ofício-Circular nº 258/2020/SE

Assunto: Requerimento de Informação nº 126/2020, de autoria do Deputado Capitão Alberto Neto

A Senhora Diretora-Substituta,

I. RELATÓRIO

1. Trata-se do Ofício-Circular nº 258/2020/SE, de 20 de fevereiro de 2020, da Secretaria Executiva do Ministério de Infraestrutura enviado a esta Secretaria de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA, que refere-se ao Ofício nº 245/2020/AESINT/GM (SEI 2284043), datado de 19 de fevereiro de 2020, que transmite o Requerimento de Informação nº 126/2019 (SEI 2284040), de autoria do Deputado Capitão Alberto Neto (REPUBLIC/AM), o qual requer informações sobre ações para o desenvolvimento da infraestrutura de transporte para o estado do Amazonas.

II. FUNDAMENTAÇÃO

2. A esse respeito, cabe ressaltar que a SNPTA, por meio do Departamento de Navegação e Hidrovias - DNHI está atuando na elaboração de medidas de estímulo à navegação de cabotagem, consubstanciadas no programa denominado "BR do MAR". Por meio da Resolução nº 70, de 21 de agosto de 2019, o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República foi favorável a instituição de referido programa, estabelecendo os seguintes objetivos:

- incrementar a oferta e a qualidade do transporte por cabotagem;
- incentivar a concorrência e a competitividade na prestação do serviço de transporte por cabotagem;
- ampliar a disponibilidade de frota no território nacional;
- incentivar a formação, a capacitação e a qualificação de marítimos nacionais;
- estimular o desenvolvimento da indústria naval nacional para a construção, jumbarização, conversão, modernização, docagem e reparação embarcações utilizadas na navegação de cabotagem;
- revisar a vinculação das políticas de navegação de cabotagem das políticas de construção naval;
- incentivar as operações especiais de cabotagem e os investimentos decorrentes em instalações portuárias, para atendimento de cargas em tipo, rota ou mercado ainda não existentes ou consolidados na cabotagem brasileira; e
- otimizar o uso de recursos advindos da arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM.

3. Neste sentido, considerando que as rotas marítimas de cabotagem que servem os estados do norte do país representam um dos principais meios de transporte para a região e de integração com os demais estados, identifica-se que as iniciativas visando o fomento ao transporte marítimo de cabotagem contribuirão para o desenvolvimento da infraestrutura de transportes no estado do Amazonas.

4. A esse respeito, cabe esclarecer que as iniciativas que compreendem o programa denominado "BR do MAR" estão em fase final de aprimoramento no âmbito dos demais Ministérios impactados.

III. CONCLUSÃO

5. Conforme exposto, no âmbito de atuação do DNHI estão sendo desenvolvidas medidas de estímulo à navegação de cabotagem, constituídas no programa denominado "BR do MAR". Vislumbra-se que as referidas medidas de fomento contribuirão diretamente para o desenvolvimento dos serviços de transporte marítimo de cabotagem na costa brasileira, assim como para o estado do Amazonas.

À consideração superior.

(Assinado eletronicamente)

Cléber Martinez

Coordenador

Coordenação Geral de Navegação



Documento assinado eletronicamente por Cleber Martinez, Coordenador-CGNV, em 26/02/2020, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2293113 e o código CRC 998EA6E6.



Referência: Processo nº 50000.009979/2020-10

EQSW 301/302, Lote N2 01, Ed. Montes, 1º andar - Ala Sul
Brasília/DF, CEP 70673-150
Telefone: (61) 2029 - 8885 - www.infraestrutura.gov.br

Criado por cleber.martinez, versão 4 por cleber.martinez em 26/02/2020 17:50:26.



SEI nº 2293113



MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
DEPARTAMENTO DE NAVEGAÇÃO E HIDROVIAS
COORDENAÇÃO - GERAL DE HIDROVIAS

Nota Informativa nº 7/2020/CGHV/DNHI-SNPTA/SNPTA

Brasília, 26 de fevereiro de 2020

Referência: Processo nº 50000.009979/2020-10

Assunto: Requerimento de Informação nº 126/2020 sobre ações para o desenvolvimento da infraestrutura de transporte para o estado do Amazonas

Senhora Diretora,

I. INTRODUÇÃO

1. A nota informativa se reporta ao Ofício-Circular nº 258/2020/SE da Secretaria Executiva do Ministério da Infraestrutura (SEI 2286681) que, fazendo referência ao Ofício nº 245/2020/AESINT/GM (SEI 2284043), datado de 19.02.2020, retransmite o Requerimento de Informação nº 126/2020 (SEI 2284040), de autoria do Deputado Capitão Alberto Neto (REPUBLIC/AM), no qual requisita informações sobre ações para o desenvolvimento da infraestrutura de transporte no estado do Amazonas.

2. O pleito contido no Requerimento de Informação nº 126/2020 (SEI 2284040) se resume aos questionamentos: 1) Como o Ministério de Infraestrutura está planejando, em coordenação com demais órgãos, a implementação de recursos em transporte para viabilizar empreendimentos no estado do Amazonas? 2) Quais são os projetos de infraestrutura para o estado do Amazonas que estão em curso e quais os seus respectivos prazos de conclusão? 3) Quais são os demais projetos em estudo no Ministério de Infraestrutura para o estado de Amazonas?

II. CONSIDERAÇÕES

3. Respondendo aos questionamentos, naquilo em que se refere especificamente à área de atuação desta Coordenação Geral de Hidrovias – CGHV, duas grandes ações para o desenvolvimento da infraestrutura de transporte no estado do Amazonas são destacadas: a) a construção de terminais fluviais e b) a conservação e recuperação de ativos de infraestrutura da União na região hidrográfica amazônica.

4. Em relação à ação de construção de terminais fluviais, cuja grande parte se encontra na região da amazônica, está prevista na LOA de 2020 o montante de R\$ 40.224.004,00. A ação se refere, no estado do Amazonas (conforme consulta ao Sistema Gerencial Integra do DNIT em 21.02.2020 - <http://www.dnit.gov.br/sistemas-gerenciais/integra>), à construção dos IP4 de Itacoatiara, Barcelos, Maués, Jutai, Santo Antônio do Içá, Apuí, São Gabriel da Cachoeira, Parintins (Vila Amazônia), Anori, Alvarães, Envira, Silves e Tefé; à recuperação dos IP4 de Fonte Boa, Manicoré, Humaitá/AM, Nhamundá, Benjamim Constant e Barreirinha; e ao projeto de IP4 em São Paulo de Olivença.

5. Já em relação à ação de conservação e recuperação de ativos de infraestrutura da União na região hidrográfica amazônica, cujo orçamento da União na LOA 2020 é de R\$ 41.623.320,00, destacamos a execução de serviços de dragagem e sinalização e balizamento na hidrovia do Rio Madeira e a elaboração de projetos básico e executivo de engenharia para a execução do desassoreamento do local denominado Pucu, no rio Andirá/Paraná do Ramos, no município de Barreirinha/AM (Integra/DNIT).

6. Ressalta-se, por fim, que para maior atualidade da informação, o detalhamento da evolução de cada empreendimento, prazos de conclusão e andamento dos contratos deve ser obtido junto ao DNIT, que é o executor dos contratos.

III. CONCLUSÕES

7. As ações para o desenvolvimento da infraestrutura de transporte no estado do Amazonas, dentro do âmbito desta Coordenação Geral de Hidrovias, se vinculam à construção e recuperação de diversas Instalações Portuárias de Pequeno Porte e à conservação e recuperação de ativos de infraestrutura, como no caso da manutenção da hidrovia do Rio Madeira.

8. Para informações adicionais sobre prazos e andamento dos contratos, dada a dinamicidade da atualização e à acurácia necessária devida ao pleito realizado pelo Exmo. Senhor Deputado Capitão Alberto Neto (REPUBLIC/AM), sugere-se que o processo seja encaminhado para a Diretoria de Infraestrutura Aquaviária – DAQ, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

9. Sugere-se o encaminhamento do presente processo ao Gabinete da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários.

À consideração superior.

Luís Sérgio da Cruz Silveira

Analista de Infraestrutura

Bruna Denise Lemes de Arruda Santoyo

Coordenadora-Geral de Hidrovias



Documento assinado eletronicamente por Luis Sergio da Cruz Silveira, Analista de Infraestrutura, em 26/02/2020, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por Bruna Denise Lemes de Arruda Santoyo, Coordenadora-Geral de Hidrovias, em 26/02/2020, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2293211 e o código CRC C5544530.



Referência: Processo nº 50000.009979/2020-10



SEI nº 2293211

EQSW 301/302, Lote N2 01, Ed. Montes, 1º andar - Ala Sul
Brasília/DF, CEP 70673-150
Telefone: (61) 2029 - 8885 - www.infraestrutura.gov.br

Criado por luis.silveira, versão 10 por luis.silveira em 26/02/2020 15:45:31.



MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PROJETOS ESPECIAIS
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E PROJETOS ESPECIAIS

Nota Informativa nº 1/2020/CGPPES/DPLAN/SNTT

@cidade_unidade@, 26 de fevereiro de 2020

Referência: Processo nº 50000.009979/2020-10

Assunto: Requerimento de Informação nº 126/2020 sobre ações para o desenvolvimento da infraestrutura de transporte para o estado do Amazonas

À Secretaria Nacional de Transportes Terrestres

I. SUMÁRIO

1. Em atenção ao DESPACHO Nº 914/2020/GAB-SNTT/SNTT, encaminha-se o presente processo, que trata de Requerimento de Informação nº 126/2019 (SEI 2284040), de autoria do Deputado Capitão Alberto Neto (REPUBLICANOS/AM), no qual requer informações sobre ações para o desenvolvimento da infraestrutura de transporte para o estado do Amazonas.

II. FUNDAMENTAÇÃO

2. Cabe mencionar, no tocante à Política Pública de Estado para o setor de transportes, a vigência da Política Nacional de Transportes - PNT, instituída pela Portaria nº 235, de 28 de março de 2018, e do Plano Nacional de Logística – PNL, desenvolvido pela Empresa de Planejamento e Logística – EPL e aprovado pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, por meio da Resolução nº 45, de 02/07/2018.

3. A PNT visa, através do estabelecimento de uma política institucionalizada, induzir o desenvolvimento socioeconômico sustentável e fomentar a integração nacional e internacional a partir da oferta de infraestrutura e serviços de transportes, fundamental para o enfrentamento dos desafios logísticos, resultando no aumento da competitividade e a redução das desigualdades do país.

4. Já o Plano Nacional de Logística tem para sua 1ª versão, cujo ano horizonte é 2025, a indicação de quais são os empreendimentos e investimentos necessários para otimizar a infraestrutura de transportes. Por meio de processo de modelagem macroeconômica com a previsão de cenários, o referido plano consubstancia-se em uma das principais ferramentas do Governo Federal para tomadas de decisões no que tange à estruturação dos investimentos nos próximos anos, de modo a diminuir os gargalos existentes e identificar alternativas para alcançar uma melhor eficiência na matriz de transportes brasileira. Tais empreendimentos e investimentos do PNL podem ser visualizados por meio do endereço eletrônico: <https://www.epl.gov.br/plano-nacional-de-logistica-pnl>.

5. Neste sentido, foi consultado o planejamento de médio e longo prazo deste Ministério estabelecido no Plano Nacional de Logística – PNL, com horizonte para o ano de 2025, e depreende-se que não constam na carteira projetos rodoviários prioritários para o Estado do Amazonas.

6. Cabe destacar, contudo, que encontra-se em desenvolvimento na EPL a elaboração de novas análises e simulações para a definição da carteira de projetos viários prioritários para o ano horizonte de 2035, na qual está previsto contemplar o segmento entre o fim da Travessia Rio Amazonas – Div. AM/RO da rodovia BR-319/AM, totalizando 807,1 km.

7. Também foi consultado o Projeto Corredores Logísticos Estratégicos – CLE, que tem como objetivo fornecer subsídios para aprimorar a infraestrutura, a operação e os serviços de transporte e de logística no país, com a utilização do conceito de Corredor Logístico como instrumento de planejamento.

8. Este é um Projeto que identifica ações de curto e médio prazo relacionadas à infraestrutura existente, cujos corredores estão sendo caracterizados em função de seus usos para deslocamento dos principais produtos da economia brasileira como: Complexo de Soja e Milho (concluído); Complexo de Minério de Ferro (concluído); Veículos Automotores (concluído); Complexo da Cana-de-Açúcar (concluído); Transporte de Passageiros (a ser publicado); Petróleo e Combustíveis; Carnes.

9. Sobre o Projeto, vale salientar que ainda serão concluídos as etapas referente a Petróleo e Combustíveis; Carnes e temas estratégicos como a Integração e Defesa Nacional, sobre os quais o Governo também atua como promotor de infraestrutura.

10. Com relação às etapas do Projeto Corredores Logísticos Estratégicos - CLE já concluídas, foram identificadas as Hidrovias dos rios Tapajós, Madeira e Amazonas, bem como a BR-174/AM como vias prioritárias para o escoamento dos produtos já analisados neste Projeto.

11. Além disso, com a finalidade de ampliar e fortalecer a interação entre o Estado e a iniciativa privada, por meio da celebração de contratos de parceria e de outras medidas de desestatização, foi criado o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, instituído pela Lei nº 13.334, de 2016, cujos objetivos são: ampliar as oportunidades de investimento e emprego e estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial, em harmonia com as metas de desenvolvimento social e econômico do País; garantir a expansão com qualidade da infraestrutura pública, com tarifas adequadas aos usuários; promover ampla e justa competição na celebração das parcerias e na prestação dos serviços; assegurar a estabilidade e a segurança jurídica dos contratos, com a garantia da mínima intervenção nos negócios e investimentos; fortalecer o papel regulador do Estado e a autonomia das entidades estatais de regulação.

12. Uma vez que os empreendimentos forem qualificados no PPI, eles serão tratados como prioridade nacional. Desta forma, os órgãos e entidades envolvidos devem atuar para que os processos e atos necessários à estruturação, liberação e execução do projeto ocorram de forma eficiente e econômica. A lista de empreendimentos do PPI pode ser acessada por meio do link: <https://www.ppi.gov.br/projetos1#/s/Em%20andamento/u//e//m/r/>.

13. Consultando o mencionado Programa, encontramos ações de Apoio ao licenciamento ambiental da rodovia BR-319/AM/RO (pavimentação do segmento central – KM 250 ao KM 655,70), cujos Estudos Ambientais para a fase de Licença Prévia estão em andamento.

14. Em termos de empreendimentos atualmente conduzidos por esta Pasta, cabe destacar ainda a BR-317/AM - Construção e Pavimentação Boca do Acre - Div AM/AC - Terras Indígenas, cujos Estudos e Projetos estão contratados, e a BR-319/AM - Construção de Manaus a Divisa AM/RO, em que o Subtrecho km 209 – km 656 encontra-se em obras, com previsão de conclusão em dezembro/2021.

III. CONCLUSÃO

15. Apresentadas as informações requeridas, recomenda-se a restituição do processo à Secretaria Executiva.

(assinado eletronicamente)

Gilson Hupsel Rego

Assistente

De acordo. Encaminhe-se ao DPLAN com sugestão de evolução ao Gabinete da SNTT e posterior restituição à Secretaria Executiva.

(assinado eletronicamente)

Alessandro Reichert

Coordenador Geral de Planejamento e Projetos Especiais



Documento assinado eletronicamente por Gilson Hupsel Rego, Assistente, em 26/02/2020, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por Alessandro Reichert, Coordenador Geral, em 26/02/2020, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2294265 e o código CRC D12D8B19.



Referência: Processo nº 50000.009979/2020-10



SEI nº 2294265

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 2º andar, Anexo, Ala Leste ,Sala 211
@cidade_unidade@/DF, CEP 70044-902
Telefone: 6120297057 - www.infraestrutura.gov.br

Criado por gilson.rego, versão 5 por alessandro.reichert em 26/02/2020 17:59:05.



MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nota Informativa nº 8/2020/DPG/SAC

Brasília, 27 de fevereiro de 2020

Referência: Processo nº 50000.009979/2020-10.

Assunto: Requerimento de Informação nº 126/2020, de autoria do Deputado Capitão Alberto Neto.

Senhor Chefe de Gabinete,

I. RELATÓRIO

1. A presente Nota Informativa tem por objetivo atender ao Despacho Nº 173/2020/GAB-SAC/SAC (SEI nº 2289720), que encaminha a este Departamento o Ofício-Circular nº 258/2020/SE (SEI nº 2286681), da Secretaria-Executiva, que remete ao Requerimento de Informação nº 126/2019 (SEI nº 2284040), de autoria do Deputado Capitão Alberto Neto, o qual requer informações sobre ações para o desenvolvimento da infraestrutura de transporte para o Estado do Amazonas.

2. Preliminarmente, destaca-se que este Departamento de Planejamento e Gestão da Secretaria Nacional de Aviação Civil prestará informações na ótica do planejamento nacional, conforme as atribuições descritas no Decreto 9.676/2019 (Anexo I, art. 17):

"Art. 17. Ao Departamento de Planejamento e Gestão compete:

- I - assessorar o Secretário Nacional de Aviação Civil na coordenação e supervisão dos órgãos e das entidades responsáveis pelo planejamento e gestão da aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil;
- II - propor, coordenar e acompanhar políticas para o desenvolvimento e gestão dos serviços e infraestruturas da aviação civil, em coordenação, no que couber, com o COMAER;
- III - coordenar, com os órgãos e entidades do setor, a formulação de diretrizes para segurança e facilitação da aviação civil;
- IV - elaborar, monitorar e avaliar planos, estudos e projeções relativos à aviação civil e às infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, em articulação com Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias;
- V - propor atualizações e orientar a implementação de planos, programas e ações destinadas ao desenvolvimento do SNV, relativo ao setor de aviação civil;
- VI - propor, coordenar e acompanhar a execução de políticas e de projetos de pesquisa, formação e capacitação de recursos humanos para a aviação civil;
- VII - apoiar as atividades da Secretaria-Executiva da CONAERO e coordenar, com os órgãos e entidades do setor, os processos de internacionalização dos aeroportos."

3. Esta Nota Informativa apresenta análise de ordem técnica baseada nas premissas de estudo e planejamento disponíveis no Plano Aerooviário Nacional (PAN), instrumento de planejamento desta Secretaria de Aviação Civil, disponível em sua versão final em <http://www.infraestrutura.gov.br/pan.html>.

II. FUNDAMENTAÇÃO

4. A Portaria MTPA nº 537, de 21 de novembro de 2018, institui o Plano Aerooviário Nacional (PAN) como o instrumento que consolida as ações de planejamento para o setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil e orienta o seu desenvolvimento no médio e no longo prazo. O Plano Aerooviário Nacional 2018-2038 configura-se como direcionador para o setor, apontando as prioridades de investimentos em relação a todo território e considerando a limitação de recursos para tal finalidade. Nesse contexto, a orientação do planejamento é para a alocação dos recursos disponíveis conforme as prioridades identificadas para o setor de transporte aéreo e para a população brasileira.

5. A análise e as informações listadas nesta Nota Informativa são baseadas nas metodologias, conceitos e bases de dados utilizados na elaboração do Plano Aerooviário Nacional 2018-2038.

III. ANÁLISE

6. O Plano Aerooviário Nacional foi elaborado de forma a atender as principais necessidades da população brasileira no que se refere ao transporte aéreo. Dessa forma, em sua metodologia, buscou-se escolher objetivos e indicadores que retratassem o impacto de cada aeroporto na rede aeroportuária brasileira.

7. Os objetivos do PAN que têm mais impacto na configuração da rede aeroportuária são acessibilidade, conectividade, eficiência e desenvolvimento do setor de transporte aéreo. Esses objetivos estão relacionados à disposição geográfica da rede aeroportuária.

8. A acessibilidade está relacionada a um fácil acesso à rede de transporte, enquanto a conectividade diz respeito ao número de destinos disponíveis, isto é, as conexões de rede. Eficiência refere-se ao uso adequado dos recursos disponíveis para alcançar os resultados esperados. Ou seja, uma rede de transporte aéreo é mais eficiente quando há racionalidade dos investimentos em aeroportos e estes geram os resultados esperados. Além disso, a eficiência pode ser medida por meio da redução de custos de transporte. Como o tempo é uma variável diretamente relacionada aos custos operacionais de transporte, observar os tempos de viagem da origem ao destino reais desejados pelos passageiros serve como referência para avaliar a eficiência de toda a viagem intermodal.

9. Para cada objetivo, foram escolhidos indicadores específicos, conforme a tabela a seguir:

Objetivo	Indicador	Descrição
----------	-----------	-----------

<i>Objetivo</i>	<i>Indicador</i>	<i>Descrição</i>
Acessibilidade	População servida em 60 minutos	Acessibilidade que um determinado aeroporto pode oferecer às pessoas que vivem em uma isócrona de 60 minutos de deslocamento até o aeroporto.
	População servida dentro de 120 minutos	Acessibilidade que um determinado aeroporto pode oferecer às pessoas que vivem em uma isócrona de 120 minutos de deslocamento até o aeroporto.
	População atendida na região amazônica	Acessibilidade que um aeroporto pode proporcionar a todas as pessoas que vivem em uma Unidade de Planejamento Territorial - UTP da região amazônica.
	Acessibilidade às regiões turísticas	Acessibilidade que um determinado aeroporto pode proporcionar à demanda de uma UTP categorizada como local turístico.
Conectividade	Número de ligações regulares	Conectividade por voos comerciais num determinado aeroporto e a quantidade de ligações aéreas sistemáticas.
	Número de ligações regulares potenciais	Conectividade por potenciais voos comerciais num determinado aeroporto e a quantidade de ligações aéreas sistemáticas.
Eficiência	Tempo de viagem médio ponderado para o aeroporto	Tempo médio de viagem que determinada população leva para ir ao aeroporto, ponderado pela quantidade dessas viagens.
	Custo do investimento por passageiro	Montante de investimento necessário para preparar a infraestrutura aeroportuária para a demanda prevista, dividido por essa demanda.
Desenvolvimento Setorial	Potencial sustentabilidade econômica do aeroporto	Potencial do resultado líquido aeroportuário (positivo ou negativo), considerando suas receitas e despesas operacionais previstas.
	Receita potencial para o mercado	Receita prevista potencial para as companhias aéreas com base nas rotas potenciais e operadores com origem e destino em cada aeroporto.
	Contribuição potencial para a demanda	Potencial de gerar demandas reprimidas de um determinado aeroporto (demanda que não é atendida por nenhum aeroporto da rede atual).

10. Vale ressaltar que foi definido indicador específico para avaliar a cobertura da rede de transporte na região amazônica, em razão da escassez de opções de transporte intermunicipal e do impacto que essa ausência tem no setor de transporte aéreo.

11. O Plano Aerooviário Nacional foi construído tendo esses objetivos e indicadores como diretrizes. Os aeroportos identificados como prioritários para receberem investimentos foram selecionados a partir de sua capacidade de impacto positivo nesses objetivos e indicadores. Em outras palavras, o PAN classifica os aeródromos de acordo com sua função na rede e por porte de operação, com o fim de identificar o papel de cada aeródromo público na rede em razão da sua contribuição para o alcance dos objetivos do setor.

12. Seguindo essa metodologia, temos os seguintes aeroportos no estado do Amazonas na lista de aeroportos prioritários para recebimento de investimentos, com respectivo código da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO) para os aeródromos:

Código ICAO	Município - UF
SBEG	MANAUS - AM
SWPI	PARINTINS - AM
SWNO	NOVA OLINDA DO NORTE - AM
SWMW	MAUÉS - AM
SWLB	LÁBREA - AM
SWKO	COARI - AM
SWEI	EIRUNEPÉ - AM
SWCA	CARAUARI - AM
SWBC	BARCELOS - AM
SBUA	SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM
SBTT	TABATINGA - AM
SBTF	TEFÉ - AM
SBMY	MANICORÉ - AM
SWII	SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ - AM

13. A versão vigente do PAN, com seus anexos, metodologias, classificações e indicadores, pode ser consultada em <http://www.infraestrutura.gov.br/pan.html>. Destaque-se que, conforme estabelecido na Portaria MTPA nº 537, será publicada neste ano uma versão atualizada do Plano Aerooviário Nacional, que poderá incluir atualizações em relação às informações aqui apresentadas.

IV. CONCLUSÃO

14. Diante do exposto, destaca-se que o Plano Aerooviário Nacional 2018-2038 objetiva orientar investimentos que gerem eficiência da operação do transporte aéreo brasileiro.

15. Nesse sentido, na ótica do planejamento da infraestrutura aeroportuária brasileira, o Estado do Amazonas, que integra a região da Amazônia Legal, apresenta alta prioridade para investimentos, tanto do ponto de vista da infraestrutura aeroportuária, quanto da infraestrutura aeronáutica civil, sendo contemplado inclusive por indicador específico para direcionar o planejamento no setor de aviação civil no Brasil.

À consideração superior.

(assinatura eletrônica)
RUBEM OLIVEIRA DE PAULA
 Coordenador-Geral Substituto

De acordo. Encaminha-se ao Gabinete da Secretaria Nacional de Aviação Civil, para conhecimento e providências subsequentes.

(assinatura eletrônica)

FABIANA TODESCO

Diretora



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Todesco, Diretor(a) do Departamento de Planejamento e Gestão**, em 27/02/2020, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Rubem Oliveira De Paula, Coordenador - Geral Substituto**, em 28/02/2020, às 08:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2295125** e o código CRC **1989A6C1**.



Referência: Processo nº 50000.00979/2020-10



SEI nº 2295125

EQSW 301/302, Lote 01, Torre B, 1º Andar, Edifício Montes - Bairro Setor Sudoeste
Brasília/DF, CEP 70673-150
Telefone: (61)2029-8605 E-mail:dpg.sac@infraestrutura.gov.br - www.infraestrutura.gov.br

Criado por rubem.paula, versão 8 por fabiana.todesco em 27/02/2020 17:32:22.





MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS

Nota Informativa nº 19/2020/DINV/SAC

Brasília, 26 de fevereiro de 2020

Referência: Processo nº 50000.009979/2020-10

Assunto: Requerimento de Informação nº 126/2020 - Informações acerca da realização de investimentos nos Aeroportos do Amazonas.

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de Requerimento de Informação nº 126/2020 (SEI nº 2284040), no qual o Deputado Federal Capitão Alberto Neto questiona sobre as ações realizadas para o desenvolvimento da infraestrutura de transporte para o estado do Amazonas, as quais listo-as abaixo, remetido a este Departamento para análise manifestação, por intermédio do Despacho nº 173/2020/GAB-SAC/SAC (SEI nº 2289720).

- I - Como o Ministério da Infraestrutura está planejando, em coordenação com demais órgãos, a implementação de recursos em transporte para viabilizar empreendimentos no estado do Amazonas?
- II - Quais são os projetos de infraestrutura para o estado do Amazonas que estão em curso e quais os seus respectivos prazos de conclusão?
- III - Quais são os demais projetos em estudo no Ministério da Infraestrutura para o estado do Amazonas?

2. Informo que os esclarecimentos a serem prestados na presente nota se limitam aos programas em execução no âmbito deste Departamento de Investimentos e, em conformidade com as competências dispostas no art. 16 do anexo I do Decreto nº 9676/2019, senão vejamos:

Art. 16. Ao Departamento de Investimentos compete:

- I - assessorar o Secretário Nacional de Aviação Civil nos assuntos relacionados a investimentos nas infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil;
- II - propor e executar ações, planos e programas de investimentos em infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, por meio de contratos, convênios e instrumentos congêneres;
- III - acompanhar e monitorar a aplicação dos recursos do FNAC para investimentos em infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil; e
- IV - apoiar os entes federativos na implantação de projetos de infraestrutura aeroportuária e aeronáutica civil.

II. ANÁLISE E MANIFESTAÇÃO

3. Sobre o assunto, informo que no âmbito dos Programas sob gestão deste Departamento, os aeroportos do Estado do Amazonas receberam os seguintes investimentos:

I - No âmbito do Programa de Investimentos na Aviação Regional - PINAR, os aeroportos foram contemplados com investimentos em projetos e infraestrutura aeroportuária, dessa forma, para a realização da execução dos investimentos, foi celebrado o Termo de Execução Descentralizada 02/2017, entre este Ministério, por intermédio desta Secretaria e o Comando da Aeronáutica, cuja execução é realizada por intermédio da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica – COMARA.

II - Em continuidade, na âmbito do Programa AVSEC, que tem como objetivo primário dotar e/ou modernizar os aeroportos regionais com equipamentos de segurança contra atos de interferência ilícita, em atendimento aos normativos de regulação da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, os Aeroportos foram contemplado com a entrega e instalação de um equipamento do tipo Pórtico Detector de Metais – PDM e equipamento de Raio-X.

III - Na esfera do Programa de Investimentos Auxílios à Navegação Aérea (PIANA), os Aeroportos do Estado do Amazonas foram inseridos no âmbito do Termo de Execução Descentralizada nº 03/2017, celebrado entre este Ministério, através desta Secretaria e o Comando da Aeronáutica, por intermédio da Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo – CISCEA, sendo contemplados com a instalação de uma Estação Meteorológica de Superfície – Automática.

4. Dessa forma, de modo a detalhar o parágrafo anterior e consequentemente aos questionamentos apresentados, listo abaixo todos os investimentos e intervenções realizados nos aeroportos do Estado do Amazonas:

Aeroportos do Estado do Amazonas				
Localidade/Aeroporto	Objeto	Valor	Status	Responsável
Barcelos	Obra de Recapeamento e finalização da lateral restante com a sua ampliação em tratamento superficial duplo (TSD) na pista de pouso do aeródromo de Moura/AM.	R\$ 7.500.000,00	concluído em out/2019	TED SAC + COMARA
		R\$ 150.000,00		TED SAC + COMARA

	Projeto de obra: Confecção de projetos de cerca operacional e de auxílios visuais (balizamento luminoso, biruta, farol normativo e PAPI)		Previsão de entrega para março/2021	
Iauaretê	Instalação de equipamento Pórtico Detector de Metais	R\$ 23.100,00	Entregue agosto/2019	Contrato
Estirão do Equador	Instalação de equipamento tipo Raio-X	R\$ 50.000,00	Entregue agosto/2019	Contrato
	Ampliação do Aeródromo de Iauaretê-AM	R\$ 31.005.739,45	Em execução	TED SAC + COMARA
	Ampliação do Aeródromo de Estirão do Equador-AM	R\$ 34.598.833,89	Em execução	TED SAC + COMARA
Coari	Projeto de obra para recuperação de pavimentos, e construção de Terminal de Passageiros - TPS e Seção Contra Incêndio - SECINC	R\$ 750.000,00	Entregue em maio/2019	TED SAC + COMARA
	Obras para Recuperação de Pavimento e Construção de Terminal de Passageiros - TPS e Seção Contra Incêndio - SCI	R\$ 60.978.942,12	Em execução	TED SAC + COMARA
	Estação Meteorológica de Superfície - EMS-A	R\$ 2.000.000,00	Entregue em agosto/2018	TED SAC + CISCEA
Lábrea	Instalação de equipamento Pórtico Detector de Metais	R\$ 23.100,00	Entregue agosto/2019	Contrato
	Instalação de equipamento tipo Raio-X	R\$ 50.000,00	Entregue agosto/2019	Contrato
	Projeto de obra para recuperação de pavimentos, e construção de Terminal de Passageiros - TPS e Seção Contra Incêndio - SECINC	R\$ 750.000,00	Em execução	TED SAC + COMARA
	Obras de Recuperação de Pavimento e Construção de Terminal de Passageiros - TPS e Seção Contra Incêndio - SCI	R\$ 8.433.823,50	Em planejamento	TED SAC + COMARA
Boca do Acre	Instalação de equipamento Pórtico Detector de Metais	R\$ 23.100,00	Entregue setembro/2019	Contrato
	Instalação de equipamento tipo Raio-X	R\$ 50.000,00	Entregue setembro/2019	Contrato
Carauari	Projeto de obra	R\$ 750.000,00	Previsão de entrega para outubro/2021	TED SAC + COMARA
	Projeto de obra	R\$ 350.000,00	Previsão de entrega para junho/2020	TED SAC + COMARA
	Instalação de equipamento Pórtico Detector de Metais	R\$ 23.100,00	Previsão de entrega para abril/2020	Contrato
	Instalação de equipamento tipo Raio-X	R\$ 50.000,00	Previsão de entrega para abril/2020	Contrato
Parintins	Confecção de projetos de cerca operacional e de auxílios visuais (balizamento luminoso, biruta, farol normativo e PAPI)	R\$ 350.000,00	Previsão de entrega para janeiro/2022	TED SAC + COMARA
	Estação Meteorológica de Superfície - EMS-A	R\$ 2.000.000,00	Entregue em agosto/2018	TED SAC + CISCEA
	Instalação de equipamento Pórtico Detector de Metais	R\$ 23.100,00	Entregue agosto/2019	Contrato
	Confecção de projetos de cerca operacional e de auxílios visuais (balizamento luminoso, biruta, farol normativo e PAPI)	R\$ 150.000,00	Previsão de entrega para setembro/2020	TED SAC + COMARA
Eirunepé	Estação Meteorológica de Superfície - EMS-A	R\$ 2.000.000,00	Entregue em dezembro/2019	TED SAC + CISCEA
	Instalação de equipamento Pórtico Detector de Metais	R\$ 23.100,00	Entregue outubro/2019	Contrato
	Instalação de equipamento tipo Raio-X	R\$ 50.000,00	Entregue outubro/2019	Contrato
	Confecção de projetos de cerca operacional e de auxílios visuais (balizamento luminoso, biruta, farol normativo e PAPI)	R\$ 150.000,00	Previsão de entrega para junho/2021	TED SAC + COMARA
Humaitá	Estação Meteorológica de Superfície - EMS-A	R\$ 2.000.000,00	Entregue em agosto/2018	TED SAC + CISCEA
	Confecção de projetos de cerca operacional e de auxílios visuais (balizamento luminoso, biruta, farol normativo e PAPI)	R\$ 150.000,00	Previsão de entrega para junho/2021	TED SAC + COMARA
Manicoré	Estação Meteorológica de Superfície - EMS-A	R\$ 2.000.000,00	Entregue em agosto/2018	TED SAC + CISCEA
	Instalação de equipamento Pórtico Detector de Metais	R\$ 23.100,00	Entregue outubro/2019	Contrato
São Gabriel da Cachoeira	Instalação de equipamento tipo Raio-X	R\$ 50.000,00	Entregue outubro/2019	Contrato
Itacoatiara	Estação Meteorológica de Superfície - EMS-A	R\$ 2.000.000,00	Entregue em agosto/2018	TED SAC + CISCEA

III. CONCLUSÃO

5. Em atendimento ao pleito apresentado, foram listados na presente nota informativa todos as intervenções executadas e em andamento no âmbito dos programas sob gestão deste Departamento de Investimentos.

MICAEELL LEMOS DOURADO

Chefe de Divisão

De acordo.

JULIANA DA SILVA CASTRO NUNES

Coordenadora-Geral de Gestão de Processos e Contratos

Aprovo. Encaminha-se ao Gabinete desta Secretaria Nacional de Aviação Civil para conhecimento e providências julgadas pertinentes

EDUARDO HENN BERNARDI

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **Micael Lemos Dourado, Chefe de Divisão**, em 28/02/2020, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana da Silva Castro Nunes, Coordenadora-Geral**, em 28/02/2020, às 18:20, conforme horário oficial de Brasilia, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Henn Bernardi, Diretor**, em 28/02/2020, às 18:23, conforme horário oficial de Brasilia, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2293360** e o código CRC **F080950D**.



Referência: Processo nº 50000.009979/2020-10

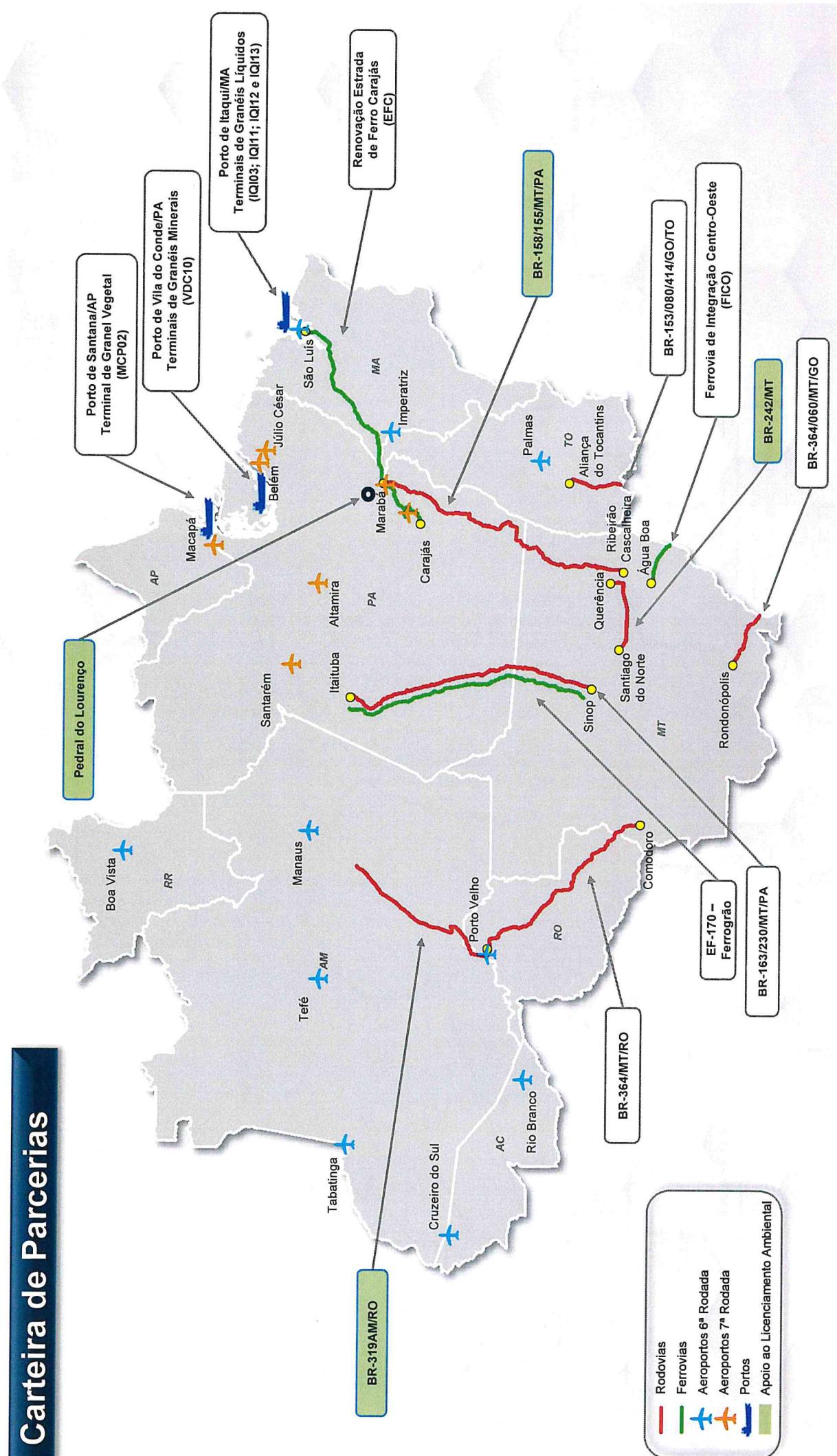


SEI nº 2293360

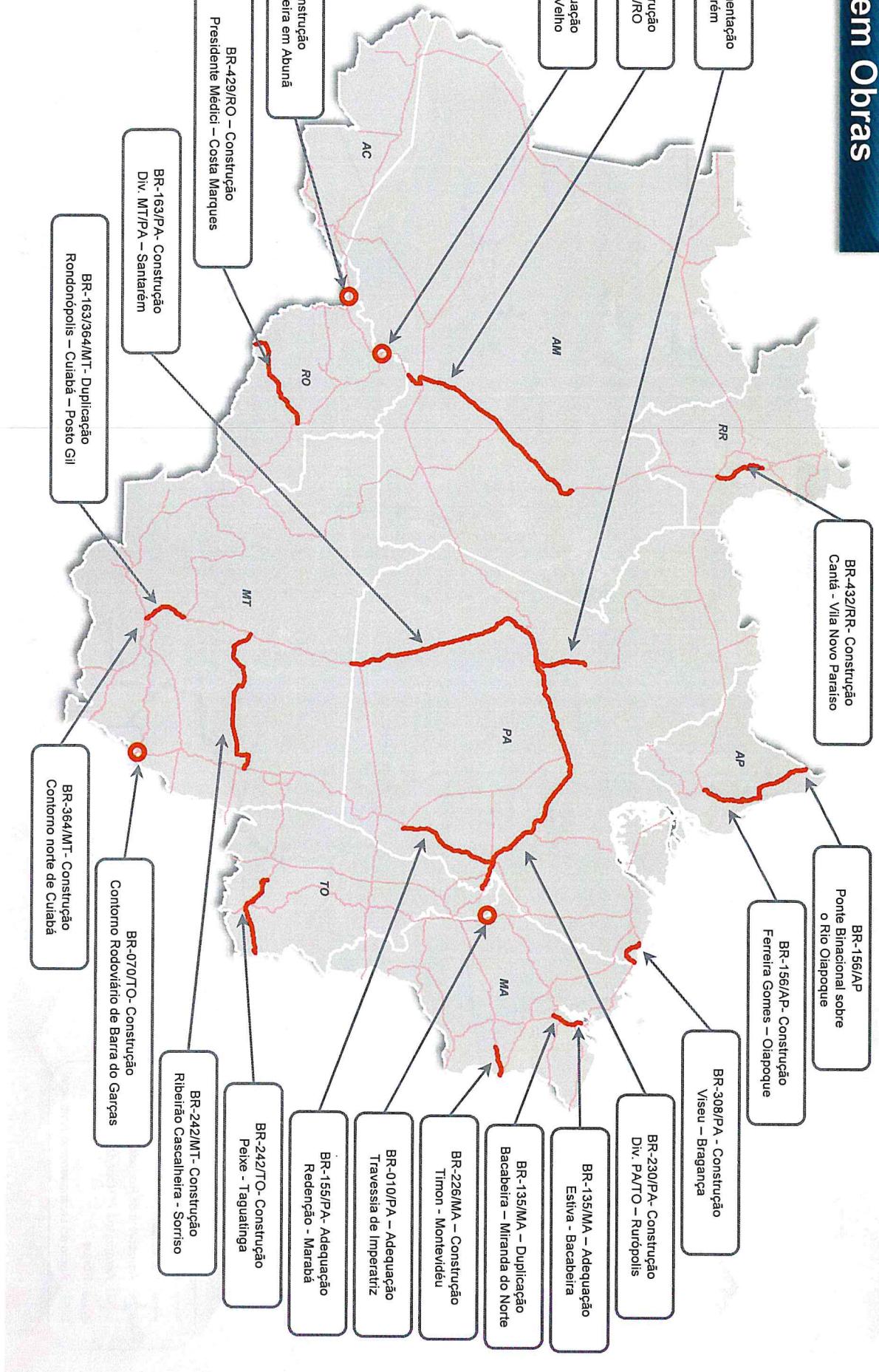
EQSW 301/302, Lote 01, Edifício Montes - Bairro Setor Sudoeste
Brasília/DF, CEP 70673-150
Telefone: (61) 2029-8572 - www.infraestrutura.gov.br

Criado por micael.dourado, versão 8 por eduardo.bernardi em 28/02/2020 18:16:20.

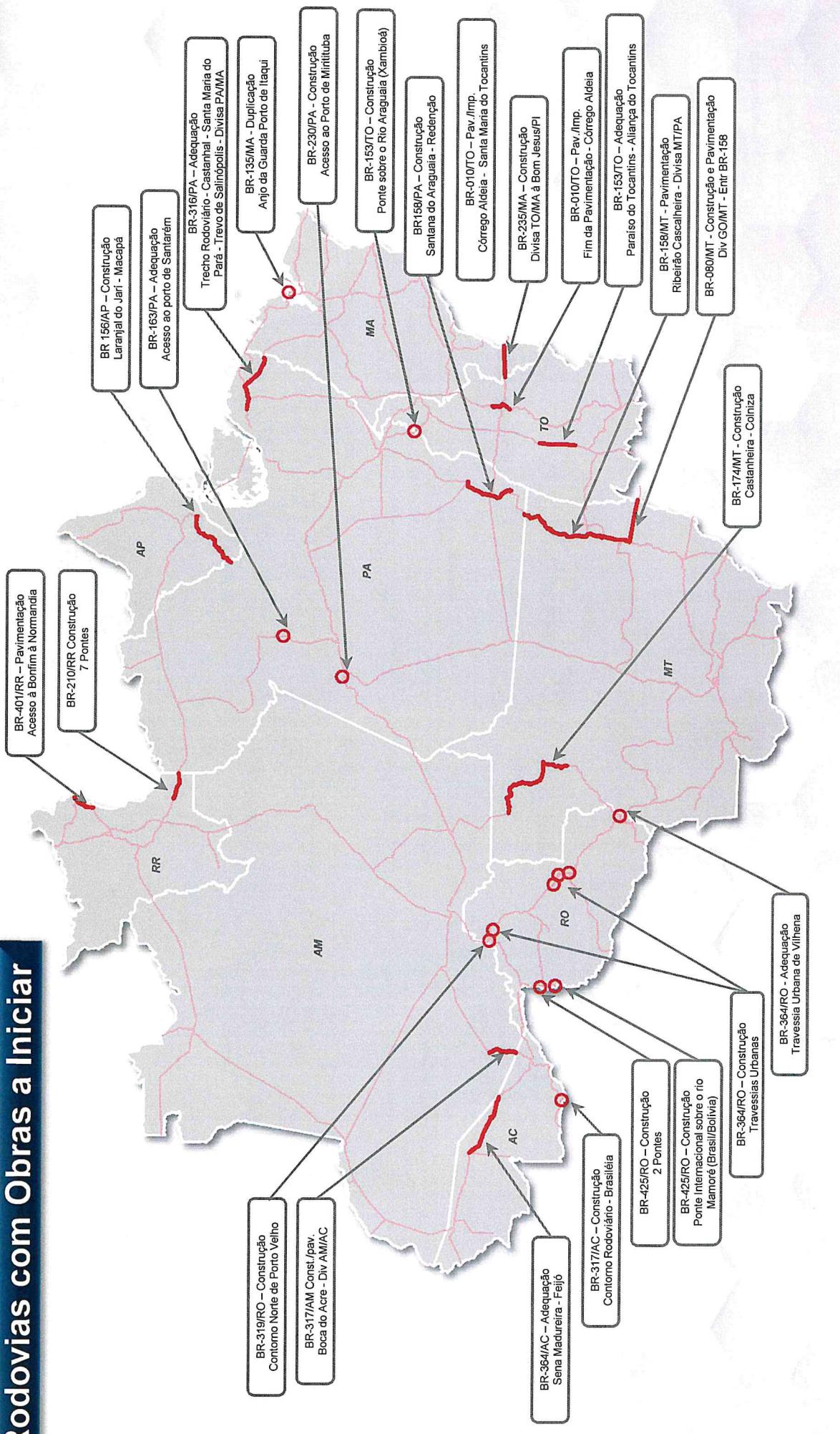
Carteira de Parcerias



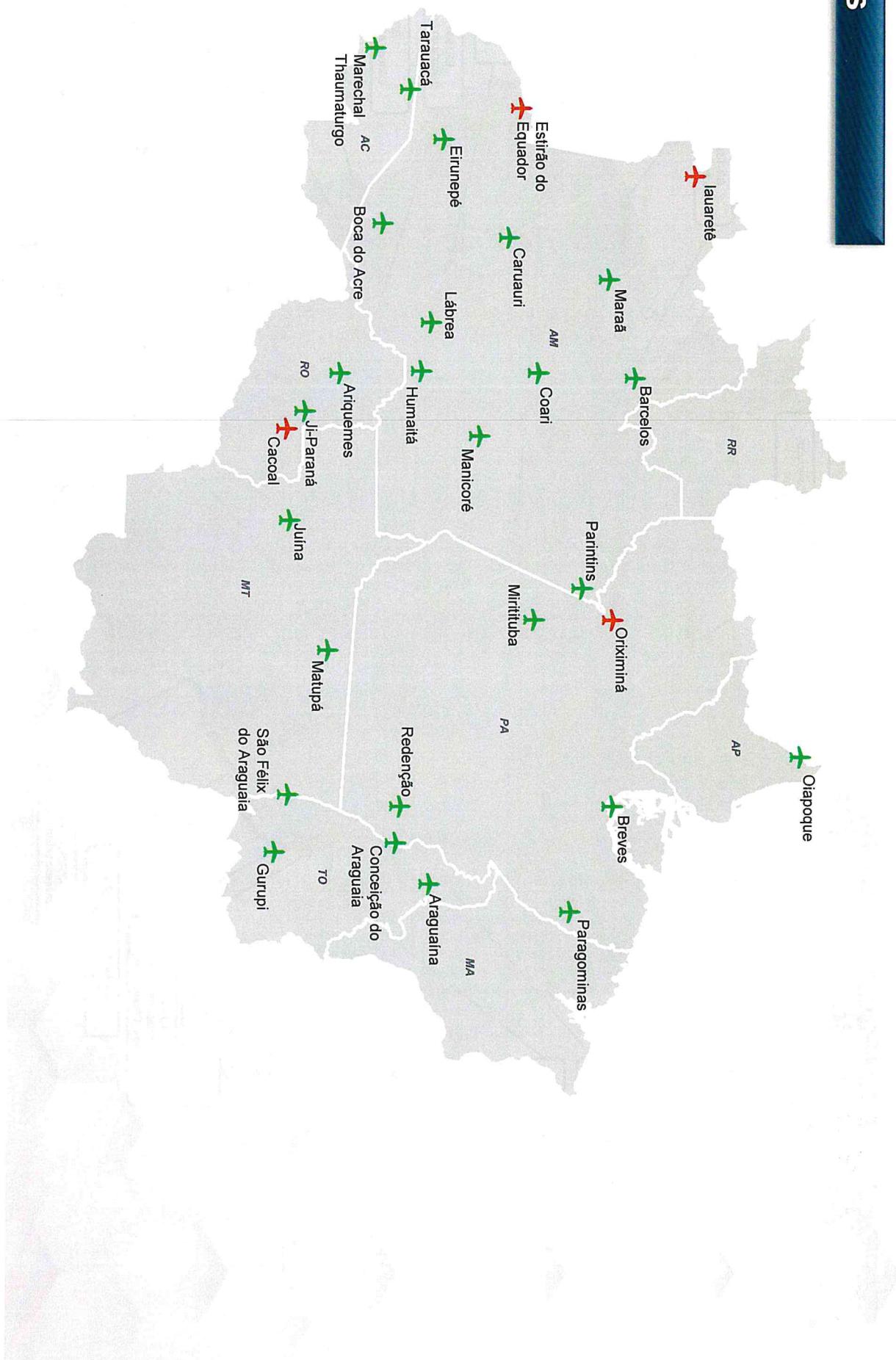
Rodovias em Obras



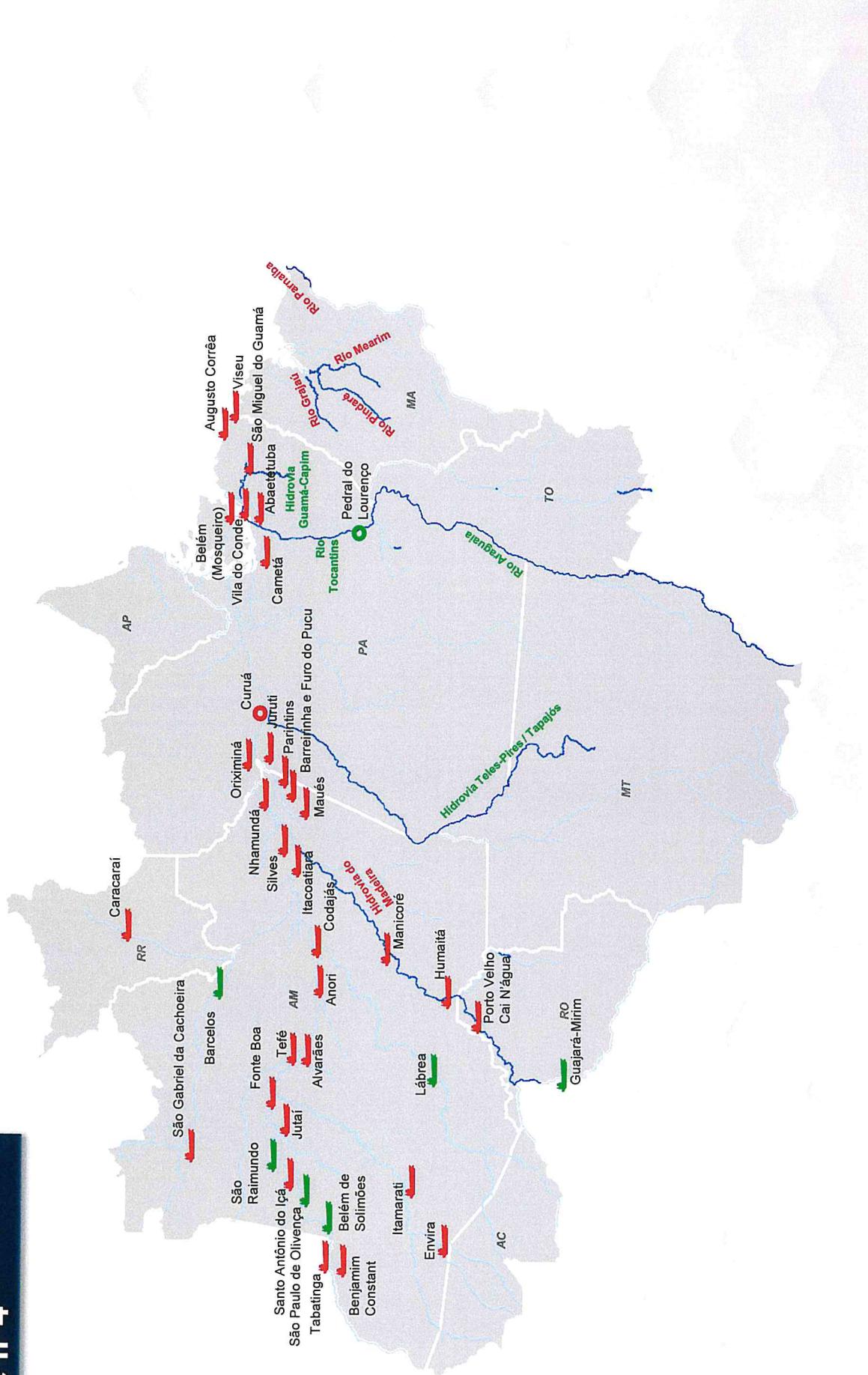
Rodovias com Obras a Iniciar



Aeroportos



Hidrovias e IP4



Em Andamento
A Iniciar

